

## **BOLETIM 348**

**Brasília, 11 de maio de 2017**

### **Presidente do TST defende Reforma Trabalhista que só beneficia empresários**

Em audiência conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) quarta-feira (10) no Senado *(foto)*, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Ives Gandra Martins Filho, defendeu integralmente o Projeto de Lei da Câmara (PLC 38/2017) sobre a reforma trabalhista, com o argumento de que o projeto garantirá segurança jurídica na relação capital e trabalho.

Na avaliação dos representantes dos trabalhadores que participaram da audiência, o posicionamento do Ministro é minoritário dentre seus pares. O procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Curado Fleury, disse que mais de 99% dos procuradores têm visão diferente e condena o fato de que é preciso fazer a reforma para gerar emprego e tirar o Brasil da crise econômica.

“O que cria emprego é o aumento da demanda. O empresário só admite mais gente se ele precisar para dar conta da demanda. Ele não vai contratar mais gente só porque está mais barato contratar”, afirmou Fleury, depois de lembrar que a proposta original enviada ao Congresso pelo Executivo tinha sete artigos e saiu da Câmara com mais de 100, que não foram devidamente debatidos.



José Reginaldo Inácio, vice-presidente da Nova Central disse que a “ruptura do diálogo” provocado pelo Governo Temer (PMDB) e os deputados que votaram em regime de urgência, mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, com o falso discurso da “modernidade” e busca de “harmonia” nas relações trabalhistas, serviu para unir cada vez mais a classe trabalhadora e a maioria da sociedade contra a retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Reginaldo lembrou que estamos num momento da história em que a “razão” deve ser preservada como “valor pétreo” nas relações humanas de trabalho. E que sua negação não pode ser “admitida” para impor a indignidade, injustiça e intensificar a desigualdade e as diversas formas de exploração e exclusão social. “Infelizmente, vivemos um momento de profunda intensificação de ruptura com o Estado Democrático de Direito”.

Citou o exemplo de países onde a flexibilização das leis trabalhistas foi implantada em nome da geração de mais empregos o efeito foi perverso: maior incidência de desemprego, principalmente entre jovens e idosos, redução dos salários, aumentos das jornadas de trabalho e dos acidentes de trabalho.

*Fonte: NCST*



## Associação de juízes do Trabalho é contra reforma da legislação trabalhista

O presidente eleito da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, afirmou que a entidade, que representa quase 4,5 mil juízes, é a favor da modernização da legislação trabalhista, mas não tem como aceitar as mudanças propostas no PLC 38/2017 em tramitação no Senado.

Feliciano foi um dos convidados da audiência pública conjunta realiza nesta quarta-feira (10) pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a reforma trabalhista. Segundo ele, são raros os pontos positivos do projeto, que representa de modo geral um retrocesso.

- Pensar em modernização é pensar em tirar do papel previsões que estão há quase 30 anos na Constituição e que ainda precisam ser regulamentadas, como a proteção do emprego contra a automação, a cogestão de empresas, a proteção contra dispensa arbitrária, a greve no serviço público e o adicional de penosidade [...] O problema é quando modernização é uma expressão usada para iludir - argumentou.

Ele lembrou que medidas que flexibilizaram as relações trabalhistas foram tomadas ao longo dos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e isso nem de longe significou geração de empregos naquela década.

- Por acaso, tivemos um boom de empregabilidade nos anos 90? Tivemos pleno

emprego? Os anos 90 são referência para alguém em se tratando de geração de emprego no Brasil?

Claro que não. Aliás, tivemos alguns economistas falando em pleno emprego há alguns anos por conta do crescimento econômico, e a legislação trabalhista era exatamente essa. Agora as coisas mudam e a lei trabalhista vai ser culpada? - indagou.

**Sindicatos** - Outro que se mostrou contra a proposta foi o vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Reginaldo Inácio. Ao defender a contribuição sindical, ele exibiu um comparativo mostrando que as entidades representantes dos trabalhadores recebem muito menos do que as entidades patronais e os partidos políticos.

Ele também lamentou o baixo valor do salário mínimo no país, o equivalente a US\$ 1,12 por hora, valor bem inferior ao de países desenvolvidos, como Estados Unidos (US\$ 6,26), Austrália (US\$ 9,54), Espanha (US\$ 5,37) e França (US\$ 8,24).

Na opinião de José Reginaldo Inácio, esta reforma trabalhista em curso no Senado é na verdade uma reforma capitalista, pois está revitalizando o capital e enfraquecendo o trabalho.

- Vamos ter em breve uma Consolidação das Leis Capitalistas em vez de uma Consolidação das Leis Trabalhistas - afirmou.

**Defesa** - Defensor da reforma, o professor de Economia da USP, José Pastore, fez um alerta ao lembrar que representantes dos dois lados da questão têm mostrado pesquisas favoráveis e contrárias à flexibilização das relações trabalhistas e seus reflexos na economia. O problema, segundo ele, é que há estudos respeitáveis para todos os gostos e com resultados diversos.

Para o economista, relacionar legislação trabalhista com geração de emprego é uma tarefa complicada, visto que há outros fatores a serem considerados, como investimento, crescimento econômico, posição do país na economia global, níveis de exportação e importação.

- Penso que esse projeto é inteligente porque abre a chance de as pessoas praticarem a liberdade mantendo as proteções. É o que vejo: liberdade com proteção. Se isso for aprovado, vai ser de modo gradual. Não vai ser de repente. As partes vão ver o que funciona ou não; o que não funciona não vai ser praticado, e a proteção celetista vai continuar - afirmou.

**Salvaguardas** - O diretor da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT), Peter Poschen, afirmou que é essencial um bom diagnóstico para se ter objetivos claros com a reforma. Para ele, dizer que a intenção do projeto é simplesmente modernizar "é algo vago".

- Novas formas de contratação são interessantes para novos grupos de trabalhadores, mas exigem salvaguardas. No mundo inteiro, por ano, o custo da insegurança no trabalho, por exemplo, equivale a 4% do produto interno bruto mundial. Isso é muito - alertou Poschen, que defendeu a responsabilidade subsidiária das empresas no que diz respeito à terceirização.

**Mais debate** - A audiência desta quarta-feira foi presidida pelos presidentes da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), que anunciaram a realização de novo debate sobre o tema, desta vez em sessão temática no Plenário do Senado, na quinta-feira (11).

*Fonte: Agência Senado*



## Centrais se reúnem com relator da reforma trabalhista na CAE do Senado

Dirigentes das Centrais Sindicais tiveram encontro com o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (*foto*), relator da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A reunião teve a presença de entidades como Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do trabalho), ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) e Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), entre outras.

O encontro serviu para que os sindicalistas apresentassem ao relator pontos de vista divergentes do conteúdo do texto que foi aprovado na Câmara, bem como suas preocupações a respeito da forma de tramitação do projeto na Casa revisora. Há preocupação com a possibilidade de quebra de um acordo feito para que a matéria tenha um trâmite normal.

Ferraço prometeu votar contra qualquer requerimento de urgência para a matéria. "Eu não aceito urgência. Se depender de mim não haverá



urgência”, frisa. O senador reiterou que serão realizadas duas sessões temáticas no plenário para debater o PLC, já marcadas para esta quinta (11) e a próxima terça (16) com a participação de seis convidados em cada uma.

*Fonte: Agência Sindical*

## Portal traz informações sobre sindicatos de todo o Brasil

*Nova ferramenta lançada pelo Ministério do Trabalho divulga dados sobre entidades patronais e de trabalhadores*

As informações sobre as entidades sindicais que atuam no país já estão disponíveis para todos os cidadãos brasileiros pela internet. O Ministério do Trabalho lançou nesta terça-feira (9), em Brasília, o Portal de Relações do Trabalho, que vai apresentar dados sobre as organizações sindicais e as relações de trabalho no Brasil. O portal pode ser acessado pelo link <http://relacoedotrabalho.mte.gov.br>. “Esta é uma ferramenta importante para dar ainda mais transparência às informações sobre o funcionamento da administração pública e sobre a execução de suas ações e resultados”, afirma o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Desenvolvido pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério, com apoio da Universidade Federal de Brasília (UNB), o portal traz informações relativas a três eixos temáticos – entidades sindicais, arrecadação e registro sindical.

Nele, é possível encontrar desde o perfil das diretorias até os valores arrecadados pelos sindicatos, federações e confederações, nos estados e regiões. “É uma ferramenta essencial para a transparência, para que a sociedade tenha domínio público sobre a quantidade de sindicatos e os valores arrecadados”, pontua o secretário-adjunto de Relações do Trabalho, Luis Carlos Barbosa.

Segundo a analista de Políticas Sociais do Ministério, Natália Cassanelli, o portal é resultado de mais de dois anos de trabalho. As informações são extraídas dos registros administrativos do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (Mediador) e Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett), além do Anuário de Contribuição Sindical da Caixa e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). “São informações que ficavam na Secretaria de Relações do Trabalho e havia muita demanda por elas. Agora, essas informações estão em um portal amigável, autoexplicativo e fácil de consultar”, disse a analista, que apresentou o portal, no auditório do Ministério do Trabalho.

**Mais informações** - Cassanelli acrescentou que o objetivo é ampliar o número de informações de três para oito eixos temáticos, incluindo em breve dados da base de empregados e empregadores, negociações e acordos coletivos de todo o país, entre outros. “O mais importante é possibilitar à sociedade que ela entre no site para obter os dados, sem precisar de uma procuração ou de uma petição no Ministério”, acrescentou Luis Carlos Barbosa.

O coordenador da Comissão Nacional de Relações do Trabalho da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Cristiano



Barreto Zaranza, classificou a iniciativa como “um grande passo dentro do Ministério do Trabalho”. Representando os empregadores no lançamento, ele afirmou que o Portal beneficia tanto as entidades sindicais quanto o quadro profissional do Ministério, mas principalmente a sociedade. “A sociedade ganha porque tem maior visibilidade do que acontece hoje nas entidades sindicais. O Ministério avançou nisso, com qualidade”, comentou.

*Fonte: MT*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***

Secretário para Assuntos de Comunicação

***Luis Carneiro Rocha***

Redação e Edição

***Instituto Dois Candangos (DF)***

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538

Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128